

Credores farão reemprestimo

SÃO PAULO — A maior operação de *relending* (reemprestimo de dívida externa já vencida depositada no Banco Central) será realizada por um consórcio de 10 bancos credores coordenados pelo NMB Bank, de capital holandês, e um dos líderes do processo de conversão da dívida externa brasileira em investimento de risco, num projeto envolvendo recursos de US\$ 100 milhões para uma empresa multinacional europeia. A possibilidade de volta do *relending*, operação suspensa desde a gestão de Dílson Funaro no Ministério da Fazenda, está prevista no acordo da dívida externa a ser assinado entre o Brasil e os bancos credores nos próximos dias 22 e 23, segundo o presidente do Banco Central, Elmo Araújo Camões.

Conforme os termos do acordo o BC vai permitir um teto de US\$ 100 milhões por mês de recursos que retornarão ao mercado através desse mecanismo (portanto, o projeto do NMB sozinho já contempla esse limite). Cada banco credor poderá participar com US\$ 5 milhões mensais para perfazer o total estabelecido pelo governo brasileiro. Segundo o presidente do NMB Bank, Jacques Kemp, a operação montada pela instituição deverá ser concretizada até o fim do mês.

Para ser efetivada, no entanto, será necessário aguardar a assinatura do acordo do Brasil com os credores, se a formalização dos termos

do acordo ocorrer no prazo previsto por Camões, o projeto será imediatamente enviado ao BC e vai aguardar apenas a liberação burocrática da operação. Segundo Camões, porém, as primeiras operações de *relending* só deverão ser aprovadas a partir de novembro.

O NMB Bank montou um projeto de reemprestimo com prazo de nove anos, ou seja, uma linha de longo prazo dificilmente encontrável a nível interno ou externo atualmente pelo Brasil. "O país necessita de mais investimento, e para isso é preciso a abertura de linhas de longo prazo. O *relending*, nesse sentido, é uma ótima opção", afirmou Kemp.

A volta das operações de *relending* ganhou muito espaço, ontem, durante seminário internacional sobre conversão de dívida externa em investimento realizado em São Paulo. Várias palestras enfocaram com muito ênfase a volta dessa nova possibilidade de captação de recursos para investimento, principalmente por se constituírem em linhas de longo prazo, como prevê o acordo, em um prazo mínimo de sete anos para pagamento.

Como o limite máximo estabelecido pelo acordo é de US\$ 100 milhões mensais para esse tipo de operação e como o consórcio de bancos do projeto do NMB é composto por dez instituições (que podem utilizar apenas US\$ 5 milhões cada uma), os US\$ 100 milhões deverão ser integralizados em várias parcelas.